Opinião Econômica

Samuel Pessôa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e sócio da consultoria Reliance, É doutor em economia pela USP

banrisul

A Vingança de Tocqueville

Em livro, Giambiagi apresenta avanços de 40 anos, com uma conclusão melancólica

Fabio Giambiagi publicou no final do ano passado o livro "A Vingança de Tocqueville". Trata-se de uma história da economia e da economia política brasileira desde a redemocratização. Após 40 anos, é bem difícil culparmos o imperialismo ou o capitalismo pelos nossos problemas.

O livro se inicia argumentando que não é possível continuarmos sequestrados pela estratégia de substituição de importações e pela ideia de desenvolvimento para dentro. Se ela funcionou em algum momento, foi em circunstâncias muito diversas. Não funciona mais.

Fabio apresenta todos os avanços que tivemos nas últimas quatro décadas. Houve o esforço da estabilização com o Plano Real e a superação da restrição externa, com a forte acumulação de reservas nos dois primeiros mandatos do presidente Lula. Tivemos também algum avanço na área social.

Não conseguimos construir um equilíbrio macroeconômico com juros civilizados sem pressão inflacionária permanente. Tudo sugere que Lula não conseguirá avançar na queda dos juros reais no seu terceiro mandato. Será tarefa para o próximo governo, seja o quarto mandato de Lula, seja da oposição ao atual governo.

Uma dificuldade de nossa economia política é o forte "curto-prazismo" induzido por ela. Nos últimos 40 anos, tivemos muito pouco tempo para discutirmos a baixa taxa de crescimento da produtividade.

Fabio, um especialista em contas públicas, documenta que, por um lado, houve forte aumento da carga tributária, e, por outro, que o aumento não foi para financiar a máquina pública. Não houve grandes aumentos do gasto com funcionalismo público. O grande aumento de carga tributária foi integralmente para financiar as diversas rubricas do gasto social.

O livro se beneficia da erudição de Fabio. Um compilador quase compulsivo de citações e de casos da política. Com verve e propriedade, ele consegue assentar sua descrição de nossa história econômica em inúmeros episódios da política e da literatura recente.

Aparece no livro um ponto de vista de Fabio menos conhecido. Ele nasceu no Brasil, de pais argentinos que estavam de passagem por aqui. Viveu na Argentina até a adolescência, quando a família emigrou para cá, nos anos 1970, fugindo da ditadura argentina. Fabio consegue olhar para o Brasil como estrangeiro e como brasileiro. O contraponto com nosso vizinho ao sul é permanente.

O livro repassa a disputa entre tucanos e petistas. O saldo do período em que os partidos se alternaram no poder é moderadamente positivo e deveria servir de ponto de partida para ganhos futuros. Uma oportunidade foi perdida, diz Fabio, com o terceiro mandato de Lula. Um governo que poderia expressar uma frente ampla acabou, na economia, expressando a hegemonia petista. Como documentado no quinto capítulo, o déficit público, após grande elevação em 2015, se reduz até 2022, quando volta a se elevar.

A conclusão no último capítulo, que tem o mesmo título do livro, é melancólica. Um país que não anda, amarrado em um equilíbrio ruim com juros elevados e pressão inflacionária permanente, que só toca o curto prazo e no qual a demografia piora rapidamente. A agenda social puramente compensatória, em que o país é incapaz de pensar o longo prazo, nos deixa amarrado na armadilha da renda média com a possibilidade de crises fiscais recorrentes. Será que a próxima será na virada de 2026 para 2027?

TRF4 libera hoje mais de R$ 254 milhões em RPVs

/ PODER JUDICIÁRIO

Caren Mello, especial para o JC
economia@jornaldocomercio.com.br

SYLVIO SIRANGELO/TRF4/DIVULGAÇÃO/JC

Valores serão repassados a 24,3 mil beneficiários do Rio Grande do Sul

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) libera hoje para saque na rede bancária mais de R$ 254 milhões em Requisições de Pequeno Valor (RPVs). Os valores devidos pela União, autarquias e fundações federais foram recebidos pelo tribunal no mês de março.

Em todo o Brasil, serão liberados R$ 614.806.594,15. Destes, R$ 254.212.981,47 irão para 24,3 mil beneficiários no Estado. Conforme a Secretaria de Precatórios do TRF4, as RPVs são resultantes de todos os tipos de competência da corte federal. "

São dívidas de ações tributárias, administrativas e salariais entre ouras. A grande parte - mais de 80% - são proveniente de ações previdenciárias", explica o diretor Álvaro Madsen.

As ações tramitaram em varas federais e em varas estaduais no âmbito da competência delegada, isto é, nas localidades onde não há Justiça Federal. Nesses casos, é preciso apresentar o alvará de levantamento expedido pelo juízo da execução de sentença.

O levantamento dos valores pode ser feito pelos respectivos advogados, através da ferramenta "Pedido de TED", pelo sistema eletrônico (eproc) ou pelo próprio beneficiário na agência bancária.

Para beneficiários que não têm conta no Banco do Brasil e possuem RPV sem alvará em seu nome no valor de até R$ 1 mil, o saque pode ser feito através do Resgate Simples de RPVs. Por meio da solução, o beneficiário pessoa física poderá direcionar o crédito para outra instituição financeira através do site do banco.

Além do Rio Grande do Sul, também foram liberados R$ 143.073.934,53 para beneficiários de Santa Catarina e, para o Paraná, um montante de R$ 217.519.678,15.

Haddad diz que governo brasileiro quer se aproximar dos EUA

/ RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o Brasil está bem posicionado no cenário econômico e climático global e que o governo deseja se aproximar mais dos Estados Unidos. "Temos interesse em nos aproximar mais dos Estados Unidos. Fizemos isso na administração Biden e faremos isso na administração Trump. Há complementaridades importantes entre as nossas economias que podem e devem ser exploradas", afirmou em Los Angeles durante a Conferência Global do Milken Institute, um think thank da Califórnia.

Haddad defendeu que o País alcançou uma posição mundial positiva através da defesa do multilateralismo, mantendo boas relações com o Sudeste Asiático, com a União Europeia e com os EUA. "Acredito que, independentemente dos desafios globais, o Brasil está numa posição muito favorável porque os princípios que o Brasil defende no mundo são aderentes à necessidade de uma reglobalização sustentável."

Ele apontou ainda que a América do Sul é um território "muito favorável a investimentos" e que oferece "segurança jurídica, política e energética". No Brasil, ele destacou a área de infraestrutura como uma das mais interessantes para investidores estrangeiros, afirmando que o país "aperfeiçoou muito a legislação de concessões e parcerias público-privadas".

A viagem do ministro aos EUA tem o objetivo de apresentar o novo plano do governo brasileiro de investimento em data centers -tema que também foi abordado durante a fala na conferência. Segundo Haddad, a meta é antecipar o efeito da reforma tributária no setor. "Vai garantir que todo o investimento no Brasil no setor seja desonerado e toda a exportação de serviços a partir dos data centers seja exonerada. Essa é a melhor oportunidade que nós temos de fazer isso acontecer."